

**COMO É O ATENDIMENTO A GESTANTE NO PLANEJAMENTO DO PARTO?**

FRITH, Maura Josiane de Oliveira dos Santos<sup>1</sup>; FRITH, Anderson<sup>1</sup>;  
POMPERMAIER, Charlene<sup>2</sup>;

**Resumo**

O planejamento do parto é um direito da gestante e deve ser garantido em todo território nacional. Este artigo tem o objetivo de avaliar como é o atendimento a gestante no planejamento do parto e o papel do enfermeiro nesse contexto. Trata-se de um artigo de revisão integrativa, realizado na base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) no dia 26 de março de 2022, utilizando os descritores em saúde (DECS): parto AND assistência à saúde, totalizando 32.613 artigos. Foram selecionados seis artigos para a realização da revisão. É fundamental que a gestante seja informada sobre o seu direito de escolha sobre o planejamento do parto e tenha acesso a uma assistência humanizada. Observou-se que não há um planejamento de parto eficaz e o atendimento pré-natal está limitado a avaliar o quadro clínico do bebê e mãe. Não são realizadas orientações quanto aos seus direitos, o que torna para grande maioria das mulheres o trabalho de parto uma experiência traumática.

Palavras-chave- Planejamento do parto. Pré-natal. Direitos. Humanização.

**1 INTRODUÇÃO**

O período gravídico como um todo pode ser marcado por dúvidas, expectativas, medos, principalmente relacionados ao momento do parto, que apesar de ser um processo biológico, para muitas gestantes é ligado a sofrimento e a uma série de medos. O medo e a insegurança podem provocar alterações fisiológicas no organismo materno, ocasionando consequências como o parto prematuro. (MELLO, et al., 2021).

O Brasil possui políticas que buscam acompanhar de forma integral o período gravídico e realizar ações que possam evitar ou reduzir a morbimortalidade materna e infantil, diminuindo os fatores de risco nas condições clínicas preexistentes, antes e durante as gestações, como as doenças obstétricas. (RODRIGUES, et al., 2022).

O período gestacional recebe influência de múltiplos fatores, sendo a atenção recebida durante o pré-natal para muitas mulheres a única oportunidade de receber assistência médica. A assistência ao pré-natal é garantida de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e deve englobar a prevenção da saúde física e mental do binômio mãe-bebê. O atendimento deve ainda garantir a humanização, conforme o Programa de Humanização do pré-natal e nascimento (PHPN). (GRZYBOWSKI, et al., 2020).

A partir da institucionalização, o parto passou a ser realizado com procedimentos invasivos, e a presença dos profissionais na hora do parto é benéfica por meio da assistência médica e de enfermagem podendo transmitir mais segurança e conforto para as gestantes e seus familiares. (RODRIGUES, et al., 2022). O enfermeiro obstetra e todos os profissionais que atuam no trabalho de parto precisam ter sensibilidade, qualificação e ética para compreender a mulher considerando seus sentimentos e a sua integralidade. (TRAVANCAS; VARGENS, 2020).

A família é fundamental no planejamento do parto visto que possui o papel de apoiar, encorajar e fazer parte desse momento tão especial na vida de uma mãe. A presença de um acompanhante durante o parto traz resultados positivos para o binômio mãe-bebê, sendo garantida pela Lei nº 11.108 de 2005, que concede às parturientes o direito da presença do acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do SUS. (ANJOS; GOUVEIA, 2019).

Vista do exposto, o presente artigo tem como objetivo avaliar como é o atendimento a gestante no planejamento do parto, quais são os seus direitos e o papel do enfermeiro neste contexto.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um artigo de revisão integrativa, que conforme Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 1) “é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”. Foi realizada pesquisa na base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) no dia 26 de março de 2022, utilizando os descritores em saúde (DECS) parto AND assistência à saúde, totalizando em 32.613 artigos. Em seguida, foram selecionados os artigos de prevalência, incidência, etiológico e clínico controlado com texto completo disponível, publicados em português nos últimos cinco anos, com assunto principal parto e trabalho de parto, totalizando em 20 artigos. Após a leitura dos resumos foram excluídos 14 artigos que não abordavam o tema proposto.

Foram utilizados um total de seis artigos para o desenvolvimento da revisão integrativa, sendo dois artigos de revisão e quatro artigos observacionais. Em relação ao ano de publicação, dois foram publicados em 2020, dois em 2019 e um em cada ano 2022 e 2021 respectivamente. Três foram realizados na região sul, dois na região sudeste e um na região centro-oeste.

Observa-se uma precariedade nas consultas de pré-natal e carência de informação adequada por parte das gestantes sobre a maternidade, sendo necessário instruí-las e orientá-las para que consigam identificar e definir quais práticas assistenciais podem favorecer ou limitar sua autonomia. É preciso que a gestante participe ativamente do seu próprio cuidado, sendo que conforme Zirr (2019, p. 2), “as práticas que limitam o exercício da autonomia durante o processo de parto e nascimento englobam práticas assistenciais autoritárias, padronizadas, rotineiras, impessoais, que intensificam a percepção dolorosa do parto”.

Na grande maioria das vezes as gestantes, na hora do planejamento da via de parto, acabam sendo influenciadas pelo medo, não recebem informações e orientações suficientes por parte dos profissionais da saúde. O profissional de enfermagem deve prestar assistência à parturiente encorajando-a e esclarecendo suas dúvidas acerca das vias de parto,

permitindo, assim, que o momento da parturição seja vivenciado de forma tranquila e satisfatória. (RODRIGUES, et al., 2022).

Maior parte das gestantes relata ter realizado a primeira consulta de pré-natal logo no início, durante os dois primeiros meses da gravidez. Ficou evidenciado pela grande maioria das gestantes insatisfação, devido a falta de privacidade nas consultas de pré-natal e a falta de uma equipe multiprofissional completa. (GRZYBOWSKI, et al., 2020).

De acordo com Travancas e Vargens (2020, p. 15), “verificou-se que a função do pré-natal está distorcida e incompleta uma vez que é considerada como uma simples consulta. Faltam orientações, explicações, e vem sendo avaliada como inadequada”. Segundo o autor, os procedimentos se limitam a avaliar a altura uterina e a auscultar os batimentos cardíacos do bebê. É necessário que o setor saúde realize mudanças sociais dentro da assistência do pré-natal, visando o cumprimento de maneira ampla do seu papel de educador e promotor da saúde por meio do fornecimento de informações, com o uso de palestras, da preparação para o parto, de orientações educacionais e do apoio.

Anjos e Gouveia (2019), buscam demonstrar a importância do conhecimento das gestantes sobre o acompanhamento do Pré-natal e parto, assegurando a importância dos profissionais orientarem a mulher acerca dos seus direitos, sublinhando a importância do papel do pai ou de outra pessoa de confiança da parturiente. É necessidade o fortalecimento das orientações durante o período pré-natal, seja durante as consultas e/ou nos grupos de gestantes realizados em algumas unidades de saúde.

Para Zirr (2019), mulheres que durante o plano de parto são orientadas sobre seus direitos e formas terapêuticas para o alívio da dor no trabalho de parto, irão ter mais conhecimento do processo, podendo usufruir do protagonismo no trabalho de parto. O uso dos métodos não farmacológicos de alívio da dor no trabalho de parto traz uma abordagem mais humanizada no atendimento e ajuda as mulheres a vivenciarem esse momento de forma mais confortável e menos traumática.

Mello, et al (2021), não traz em si o atendimento prestado a gestante no plano de parto, ele buscou promover a humanizado do parto através da estimativa da prevalência do medo do parto em gestantes brasileiras, objetivando a partir do resultado abrir portas para que políticas públicas de controle de medo e ansiedade em gestantes sejam instituídas, aprimorando a assistência à saúde biopsicossocial da mulher.

### 3 CONCLUSÃO

A partir deste estudo, observou-se que o atendimento do pré-natal está limitado a avaliar o estado clínico do bebê, faltam orientações e explicações a gestante, sendo que não são abordados temas importantes como o planejamento do parto e seus direitos. A consequência da falta de orientação, ocasiona que na grande maioria dos casos não há um atendimento humanizado. Quando a gestante recebe orientações adequadas no pré-natal, ela se torna protagonista do seu parto, e o torna mais humanizado.

É importante que os profissionais tenham um olhar diferenciado para cada tipo de paciente, procurando ajudar da melhor forma possível sem julgamentos, "desligando o automático", deixando de lado procedimentos, que se tornaram rotineiros, pois se trata do atendimento a seres humanos, diferentes entre si, cada um com suas particularidades.

### REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Queline Gusmão et al. Fatores que influenciam a decisão da via do parto. Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás- "Cândido Santiago". Goiás, 2020. Disponível em: <https://www.revista.esap.gov.br/index.php/resap/article/view/248/230>. Acesso em: 06 abr. 2022.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez et al. Atenção primária à saúde e pré-natal: o ciclo gravídico puerperal e a avaliação do atendimento recebido a partir da percepção de gestantes e puérperas Revista APS. Chapecó SC, Jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16381/22891>. Acesso em: 06 abr. 2022.

MELLO, Danilo Saragiotto Ferreira et al. Medo do parto. *Feminina Artigo de Revisão*. São Paulo, Jan. 2021. Disponível em:

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/05/1224070/femina-2021-492-p121-128-medo-do-parto-em-gestantes.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

TRAVANCAS, Luciana Jares; VARGENS, Octavio Muniz da Costa. Fatores geradores do medo do parto: revisão integrativa. *Rev. Enferm. UFSM – REUFSM*. Santa Maria, RS, v. 10, e96, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/04/1177333/41385-268482-1-pb.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

ANJOS, Adriane Machado dos; GOUVEIA, Helga Geremias. Presença do acompanhante durante o processo de parturição e nascimento: análise da prática Artigo de Pesquisa, Research Article, Artículo de Investigación. Rio de Janeiro, Abr. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/38686/29745>. Acesso em: 06 abr. 2022.

ZIRR, Greice de Medeiros. Autonomia da mulher no trabalho de parto: contribuições de um grupo de gestantes. *REME - Rev Min Enferm*. Santa Catarina, Jul. 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1205.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

Sobre o(s) autor(es)

<sup>1</sup> Graduandas em Enfermagem. Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Xanxerê – SC. E-mail: maurajoziane.mj@gmail.com; andersonfrith.2015@gmail.com;

<sup>2</sup> Enfermeira. Mestre em Biociências e Saúde. Docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Xanxerê – SC. E-mail: pompermaier.c@unoesc.edu.br |